

35º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2011, Caxambu, MG, Brasil

**GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e
democracia**

**Rearranjos de gênero: dilemas da militância
feminina na luta pela terra do MST**

Renata Gonçalves

Universidade Federal de São Paulo – Baixada Santista

**Rearranjos de gênero:
dilemas da militância feminina na luta pela terra do MST**

Renata Gonçalves*

Resumo

Neste trabalho buscamos examinar as formas como as mulheres envolvidas na luta pela terra do MST lidam com as questões colocadas pela militância feminina. Em que medida este importante movimento acena para a resolução de problemas que vários movimentos de luta pela transformação social não conseguiram resolver ao longo do curto século XX? O que pode ser observado nas ações concretas do MST que sinaliza a possibilidade de superar as desigualdades de gênero? Ou seja, como ocorre a participação das mulheres e que lugar elas ocupam dentro do MST, cujas lideranças afirmam constantemente que querem aprender com os erros dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los? Para isto, recorreremos aos (re)arranjos de gênero que mulheres e homens envolvidos na luta pela terra do Pontal do Paranapanema colocam em prática, muitas vezes provocando tensões ao seio do próprio movimento.

Há, no primeiro ato de envolvimento na luta pela terra, formas masculinas e femininas de participação. Identificamos duas formas iniciais de engajamento das mulheres: ficam nas cidades dando retaguarda material (sobretudo como mão-de-obra doméstica) para os companheiros que vão para o confronto nos acampamentos ou, ao contrário, vão para a frente das ocupações como uma forma de demonstrar que a luta pela terra não é baderna e que “famílias” estão envolvidas. Nestas duas formas, está presente o padrão dominante de relações de gênero que determina como e onde homens e mulheres podem e devem atuar. Embora no primeiro caso haja uma aparente alteração na medida em que são as mulheres que garantem a permanência de seus maridos nos acampamentos, a retaguarda dada por elas não é de qualquer tipo. Na maioria

* Profa. do Curso de Serviço Social, área de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista.

dos casos, em função de sua própria inserção social, o único meio que encontram é de trabalharem como domésticas nas cidades vizinhas ao acampamento. Quanto à segunda forma, de irem para as frentes de ocupação, é mais explícito o apelo à imagem de “santas”, de mães acima de qualquer suspeita.

Porém, passado o ato da ocupação, e já no período do acampamento, uma série de atividades começa a ser desenvolvida, tais como criar condições de estudos para as crianças, negociar com as “autoridades”, enfim, várias ações que, no fundo, dizem respeito à manutenção da resistência e do sonho para conquistar a terra. Esta manutenção exige o trabalho contínuo da militância com dedicação total de seu tempo. O MST, com este objetivo, investe em um de seus pilares: a constante formação política de seus militantes. Formação esta que, segundo documentos internos, realiza-se de maneiras e momentos diversos, como em reuniões, assembléias, mobilizações, encontros, seminários, leituras individuais, cursos, trocas de experiências, visitas de estudos, etc.

Os **cursos de formação** recebem a maior ênfase. São eles que possibilitam “a assimilação de novos elementos que avancem no nível de consciência das pessoas” e permitem “fazer análises profundas da realidade e contribuir para a construção de uma nova ética, que oriente o comportamento dos militantes baseado em valores como: solidariedade, amor à causa do povo, o companheirismo, a disciplina consciente, a honestidade, a responsabilidade, que vão dando forma ao novo homem e à nova mulher”. Eles contribuem igualmente para o “desenvolvimento da consciência político-organizativa, elevando o nível de organização do conjunto do Movimento, bem como garantir a unidade político-ideológica no seio da organização”, além de se materializarem como “um espaço para trocas de experiências e conhecimento da diversidade regional e cultural que compõem o Movimento”. Cabe ao curso de formação “aprofundar e reafirmar conceitos, esclarecer dúvidas e questionamentos da prática cotidiana”, além de ser “espaço de aprofundamento e debate interno sobre a organicidade e pertença ao MST e de qual o seu papel histórico na sociedade brasileira” (Coletivo Político Pedagógico, 2002: 111-112).

No entanto, participar dos cursos de formação representa um problema para vários militantes do MST por causa da necessidade de se ausentar das atividades dos acampamentos e, sobretudo, dos assentamentos, como veremos adiante. Se para os militantes, de uma forma geral, é difícil participar, esta dificuldade é ainda maior para as mulheres, em particular as casadas. São várias as situações em que as mulheres encontram obstáculos para militar ou simplesmente participar mais ativamente. Os movimentos sociais de caráter popular são lugares de práticas de resistência às desigualdades nas relações de gênero, mas as mudanças não são repentinas (Pinto, 1992).

As ações das mulheres no MST as conduziram a alterar sua forma de agir e de participar politicamente na luta pela terra. Porém, estas alterações não ocorrem a todas as mulheres e, para as que conseguem, não acontece de modo pacífico. Em vários momentos, evitando dizer na maioria das vezes, a militância (sobretudo a feminina, mas não somente esta) provoca tensões, principalmente entre os casais. Kollontai, uma das únicas mulheres na alta direção do partido bolchevique durante o período revolucionário, já havia chamado a atenção para o fato de que cada passo dado no sentido da ruptura com os antigos valores provoca conflitos, mas esta ruptura não se dissocia do processo de luta (2000: 25).

O rito de passagem do mundo privado para o mundo público envolve, de acordo com Pinto, uma rede de rupturas e instaura novas relações de poder e isto, conseqüentemente, provoca “tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (1992: 131). A tensão, decorrente da ruptura com relações de poder, além de mais comum, é mais visível quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento. A decisão de participar é, segundo a autora, “quase sempre acompanhada de resistência à participação por parte dos pais, maridos e até mesmo filhos, entendida na maioria das vezes como resistência à quebra do cotidiano familiar e de padrões morais acordados no interior da família e da comunidade” (Pinto, 1992: 133).

Em entrevistas que realizamos na região do Pontal do Paranapanema, quando perguntávamos sobre a participação das mulheres, quase nunca as

respostas eram sobre si ou sobre sua companheira. Recorriam com certa frequência à experiência de uma terceira pessoa para dizer que os maridos impediam (e em muitos casos impedem) as mulheres de participar.

Em geral, observam que apesar de muito esforço e dos avanços impulsionados pelo Setor de Gênero, é muito difícil romper com o padrão machista dentro dos acampamentos e assentamentos. A permanência do machismo é admitida pelo acampado D. que diz que *“existe marido que fala: ‘eu quando vim pro acampamento falei que eu vou conquistar um pedaço de terra, eu e minha mulher, nós vamos conquistar o nosso pedaço de terra. Aí, eu jurei pra ela que ela não ia trabalhar. Que ela não ia trabalhar na roça”*

Em depoimento colhido por Almeida (2001), a acampada E. (hoje assentada) enfatizava que *“Aí eu sofri até uma certa rejeição por ser a mulher, a gente notava, né? Os homens tinham uma certa rejeição: mulher vai trabalhar com homem, vai mandar em homem”* (2001: 50).

Várias entrevistas revelaram as dificuldades de participação das mulheres, no entanto foram nos momentos *in off* que as mais diversas situações surgiram espontaneamente. Em alguns momentos, adquiriam a forma de “confissão” ou mesmo de “denúncia”. Por exemplo, uma combativa militante da região ao saber de nossa pesquisa veio dizer que existe muito machismo entre os companheiros e esperava que isto fosse denunciado pela pesquisa. Adotando o princípio de não tornar este artigo um denunciamento vulgar, recorreremos a dois momentos públicos dos quais participamos e que foram bastante reveladores destas contradições: os cursos de formação sobre relações de gênero, ocorridos em 28 de agosto de 2004 e no dia 8 de janeiro de 2005.

a) As tensões do primeiro curso

No primeiro curso, a palestrante explicou como homens e mulheres eram minuciosamente moldados para desempenharem atividades ditas femininas ou masculinas e explanou sobre as subseqüentes desigualdades nos mais

diferentes domínios. Além do conteúdo, os debates travados ao longo do dia nos informavam muito sobre as relações de gênero. O primeiro assunto debatido foi que, apesar da aprovação do setor de gênero ainda era muito difícil entender este tema e que faltava discutir mais e assumir esta decisão. Para um militante, “se as mulheres estão em todas as instâncias, então têm que mudar, pois os tempos são diferentes, o jeito é diferente, o jeito de militar é diferente”.

Um outro acalorado debate girou em torno da “orientação sexual”. O tema surgiu porque a palestrante havia utilizado o termo “opção sexual” e uma militante achou necessária tanto fazer a correção como dizer que era preciso discutir a homossexualidade no meio rural porque, segundo ela, “dizem que a família rural não aceitaria um dirigente homossexual”. Ora, exclamou a militante, “disseram o mesmo com relação às mulheres! E o que vamos fazer? Vamos colocar os homossexuais para desempenharem as funções que antes eram tidas como das mulheres?” A estas indagações um militante respondeu: “esta questão já vai ser debatida até porque os meninos já estão lá. Só falta o debate. E eu acho bacana este tema porque a gente lida com o diferente. E já está presente, a gente tem que conviver. Já virou cotidiano. As pessoas estão se assumindo”.

Um terceiro militante disse pensar diferente. Para ele, “este debate ainda não é prioridade”. E sobre a orientação sexual, de acordo com o militante, “não tem assim uma pressão da organização. Quem vê isto são os militantes que atuam fora da base. O mais delicado é questão de gênero, da participação da mulher, senão vamos inverter a questão. Se é preciso construir novas relações, como vamos fazer isto? Nosso compromisso é dar continuidade a este desafio”. O mesmo militante retomou o histórico de lutas das mulheres na região para afirmar que já havia um “acúmulo de participação das companheiras: muitas foram para as direções e ajudam a avançar”. E ponderou que discutir gênero “é mexer com o sistema e é mexer com a gente também. Mas a gente quer ou não quer?”. E conclui: “quem atua num movimento social como o nosso, se depara todos os dias com o sistema e não vamos nos tornar um novo homem sem

mudar o sistema. A questão central é: como? Com quais mecanismos, quais ferramentas?”.

A esta intervenção, reagiu outro militante dizendo que era necessário fazer uma revolução cultural a partir de uma mudança nas consciências e que as “cotas” tinham de desaparecer. Para ele, a participação das mulheres não deveria ser uma questão de norma, pois a “norma de 50% já existia. Teria de ter mais debate, mais esclarecimento”. Ao que uma militante disse já ter começado, pois “a gente achava que falar em gênero é questão de mulher, e vai além”. Sobre isto uma outra militante complementou dizendo que “as mulheres estavam sempre trabalhando junto com os homens e que eles deveriam dar mais valor ao serviço da mulher”.

Depois de várias intervenções nas quais era repetido que “as mulheres deveriam participar mais”, o militante que havia perguntado sobre como fazer para mudar, afirmou que era preciso saber porquê ocorre e como superar. Citou um exemplo: “eu e minha companheira somos da direção e sou eu que participo mais. Minha contradição com ela é minha contradição com o Movimento. Preciso entender esta contradição. Hoje ela ficou em casa e quando eu chegar e contar como foi, ela vai ficar mais furiosa ainda”.

Apesar dos, ao nosso ver, intensos debates impulsionados pelo seminário, algumas militantes do setor de gênero estavam frustradas com a pouca presença de acampado(a)s e assentado(a)s revelando, portanto, o pouco envolvimento dos companheiros homens, sobretudo, para dar estímulo a uma mais ampla participação, o que por sua vez, demonstrava que este setor não recebia a mesma importância conferida aos outros setores, como o de produção, por exemplo. Para as militantes trata-se de problema coletivo a ser debatido em reunião onde se decidiria qual o verdadeiro envolvimento do MST regional com as linhas políticas adotadas pelo setor de gênero. Vários fatos narrados demonstram a pouca prioridade conferida às atividades do setor.

b) Os debates do segundo curso

Em janeiro de 2005 recebemos o convite para falar sobre relações de gênero no III Encontro Regional do MST do Pontal do Paranapanema. Aproveitamos este momento para examinar mais de perto a maneira como o(a)s acampado(a)s e assentado(a)s, principalmente o(a)s militantes, vivem as relações entre homens e mulheres. Uma das dinâmicas utilizadas pelo MST no processo de luta pela terra é o “cochicho”, uma forma de se reunir em pequenos grupos e discutir sobre determinados temas. Assim, pedimos a pequenos grupos que refletissem sobre o que poderia ajudar a construir novos valores e o que estava impedindo.

As respostas foram as mais diversas. Para um grupo, o que impede o avanço é a falta de qualificação política das mulheres. O MST nacional determinou a linha política de que um homem e uma mulher coordenariam as várias instâncias, mas, na prática, “as mulheres acabam sendo vice (e vice não tem poder). Precisa ser coordenadora mesmo!” Para outro grupo, “era necessário discutir mais com os companheiros sobre a divisão sexual do trabalho dentro de casa”. Outro enfatizou que “a militância feminina tem problemas e isto reflete na base” que “acaba vendo as militantes como mulheres ‘fáceis’ ou de vida duvidosa”. Um quarto grupo, enfatizou que “foram dados passos consideráveis e que era um privilégio discutir estes assuntos dentro do MST, quando deveria haver estes espaços nas escolas”.

As queixas maiores eram que as mulheres quando saem do lar para participar, “o marido não entende, pensa que vão fazer algo errado”. Avançar, para este grupo, significa investir em encontros de debates com casais, ou seja, “insistir para que os companheiros entendam que as mulheres estão indo se preparar na história dos trabalhadores, nas conquistas e os companheiros acham que a conquista do lote é só deles”.

Os membros do último grupo diziam que havia unanimidade entre eles em achar que se tratava de “uma **autocrítica** para nós os homens”. Um deles, dizia que o espaço livre do homem, o tempo disponível é maior e pode ser investido em esporte, em política. E deu um exemplo: em casa, sua companheira – que não esteve presente neste III Encontro porque um dos filhos estava doente – tem menos tempo e pediu afastamento da Coordenação

Regional para cuidar mais dos filhos e a Coordenação, indignava-se ele, “achou completamente natural”. Este exemplo se assemelha à crítica que Mathieu fez ao naturalismo subjacente à concepção de que existe uma “naturalidade indelével” da divisão das tarefas entre os sexos, “seja da divisão do trabalho seja das ditas tarefas ‘reprodutivas’ (incluindo o cuidado dos filhos)” (Mathieu, 1991: 107).

Sinalizando que não eram apenas os homens que impediam as mulheres de participar, um outro militante observou que a pressão sobre os homens também é grande. Afirmou que embora as mulheres não os proibissem explicitamente de se envolverem na militância, era comum deixarem a eles a escolha: “ou elas ou o Movimento”. Esta observação, apesar das ponderações de que se tratava de situação diferente, levou a um debate sobre a necessidade de um trabalho conjunto com homens e mulheres, porque na realidade até agora o que se vê é trabalho mais voltado para as mulheres, gerando inclusive questionamentos sobre o significado do setor de gênero: Coletivo de Gênero ou Coletivo de Mulheres?

Os aspectos que dificultam a participação das mulheres porque “os maridos não deixam” são acompanhados de outro impedimento oriundo do período da **gestação e aleitamento** e, posteriormente, **do tornar-se mãe** com a dedicação voltada para a educação dos filhos. Um técnico agrícola, quando foi entrevistado disse que sua companheira podia participar livremente das atividades do MST. Diferentemente dos outros companheiros que, segundo ele, não deixam suas mulheres participarem porque têm ciúmes, ele não proibia sua companheira. Porém, a jovem mulher que estava fazendo um curso para ser agente de saúde no Rio Grande do Sul pelo Movimento Sem Terra, teve de parar porque:

aconteceu que ela engravidou, né? Ela engravidou e não pôde estar voltando agora. Já ganhou neném e tal, mas o neném está muito novinho não dá pra ela ir”. (...) E daí a... aí fica difícil pra ela levar a criancinha novinha. Mas a proposta é estar voltando e se formando pra estar ajudando a companheirada nos acampamentos e nos assentamentos. Mas ela participa, apesar de ser um pouquinho limitada pela questão das crianças, né? Porque quando você tem filho no Movimento Sem Terra fica difícil militar o casal. Nossa! Muito difícil! Ou é

você ou é a mulher. As companheiras fica mais limitada no assentamento por causa da questão do filho. (Técnico agrícola e assentado)

Os estudos de Tabet demonstram que “o nascimento de uma criança muda fortemente a situação de liberdade da moça (mas não a do rapaz) que a partir deste momento ficará completamente ligada à criança e restrita aos trabalhos agrícolas e domésticos” (Tabet, 1998: 146). Este tempo menor é resultado do alto investimento nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, sobretudo no momento do aleitamento que “além de ser um trabalho ou um dispêndio de energia interna ao organismo materno, inclui também uma parte considerável do tempo da mãe” (Tabet, 1998: 156).

Embora o movimento, sobretudo por meio do Setor de Gênero, busque romper com as desigualdades de gênero, a militância se alinha a um certo determinismo biológico acerca do “lugar da mãe” em relação ao “lugar do pai” na família e sociedade. A maternidade aqui, embora não apareça explicitamente nos discursos como um *hadicap*, está longe do princípio da livre-escolha, uma forte bandeira de luta política do movimento feminista a partir dos anos de 1960, sobretudo o francês, sob a máxima: “uma criança se eu quiser, quando eu quiser” (Scavone, 2001). Até porque sentida como parte da identidade feminina, a maternidade é apresentada como um destino biológico inevitável, apesar dos constantes debates de que é necessário maior participação dos companheiros no cuidado com o filho. Na prática, o que se observa é que as mulheres continuam com maior responsabilidade com o(a)s filho(a)s do que os homens (Cournoyer, 1994).

Por outro lado, também foram observados alguns casos de transformações nas relações de gênero. Para um outro militante da Direção Regional as companheiras no Pontal “*quando elas quer se mobilizar não tem muito problema. Na área de mobilização elas está bem. Às vezes ganha dos homens*”. No entanto, quando realizam uma ocupação nunca o fazem por mais de dois ou três dias. “*Nunca mais que dois dias, né? ... Também não entendo... deve ser por modo da família, mas até dois dias elas fazem uma ótima luta aqui*”.

Esta entrevista dá sentido às observações de Scavone (2001), a maternidade e os cuidados com os filhos e a casa ainda separam as mulheres socialmente dos homens e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina. (Scavone, 2001: 149-150). No caso das militantes, sua participação parece só ser possível se houver a combinação com as tarefas domésticas, levando a uma tripla jornada: no trabalho, na casa e na militância. Um outro elemento que impede a participação das mulheres é quando estas têm de se ausentar, ficar longe de pais e/ou maridos para participar de um curso onde freqüentarão os mesmos espaços que outros homens.

A gravidez acaba sendo uma meio que justifica que as mulheres não participem em função da “legitimidade” do cuidado dos filhos e do lar. Mais que um fato biológico, a reprodução é um “sistema de controle e de manipulação de todo indivíduo fêmea” (Tabet, 1998: 152). Fugir a esta regra pode equivaler a ser vista como uma mulher “*out of control*” ou “*out of place*” correndo o risco de se ver definida como ‘puta’ (Tabet, 2004). Falquet, ao analisar o caso de El Salvador, para se referir ao engajamento das mulheres nas lutas revolucionárias, chamou a atenção para o fato de que esta incorporação “sempre foi ameaçada pelo ‘o que os outros vão dizer’, o ciúme dos maridos e o descontentamento dos pais imaginando suas filhas ‘no meio de tantos homens’”. Preocupação da qual, segundo a autora, os homens sempre foram poupados (Falquet, 2003). O que está em foco é o controle da sexualidade que pais e maridos exercem sobre suas mulheres e filhas dentro e fora do lar. Controle que regulamenta o que é proibido ou permitido e que determina com quem, onde, quando a sexualidade feminina pode ser exercida. Proibição aqui se distancia de qualquer aspecto naturalizante e/ou biologizante da sexualidade. A abordagem da sexualidade como o material básico sobre o qual a cultura trabalha (Vance, 1995), é instigante, no entanto deixam obscurecidas as relações de poder explicitadas no controle dos pais ou maridos sobre suas filhas ou esposas.

O controle sobre as mulheres tira-lhes os direitos reprodutivos que garantem a elas a regulação de sua sexualidade e de sua capacidade

reprodutiva. Retira-lhes no mesmo ato a possibilidade de exigir que também os homens sejam responsáveis pelo exercício da sexualidade e pela gravidez (Azeredo & Stolcke, 1991). Os casos de proibição se aproximam destas constatações de que para as mulheres, a sexualidade significa reprodução e que esta equivale à responsabilidade materna. Neste ciclo tornam-se “invisíveis os mecanismos sociais de opressão, em particular a alienação das capacidades reprodutivas e da sexualidade, assim como de sua força de trabalho – colocada à disposição do trabalho doméstico não remunerado” para o outro (Falquet, 1997: 93-94). O convívio marital neste sentido adquire outra conotação. Nos termos de Guillaumin, trata-se de relações de *escravidão* e de *servidão* que subsistem “sob nossos olhos, dissimuladas/expostas sob o casamento, relação institucionalizada se necessário” (1992: 36).

Em busca de rearranjos¹ de gênero na luta pela terra

As observações acerca das dificuldades que as mulheres encontram para participar da militância na luta pela terra representam apenas um lado da realidade. Trata-se de acelerado processo, em constantes reformulações. Se, de um lado, há a aparência estática do impedimento das mulheres, de outro, há algo que se move, que está em mutação. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, de 28 de julho de 1996, Edna, do Assentamento Che Guevara, diz: “Meu marido quer que eu fique na cozinha, mas eu me acostumei com a agitação do acampamento. Por mim, passaria o resto da minha vida em acampamentos, lutando pela reforma agrária”.

Ao participar da luta, há um questionamento à situação de dominação e “aprende a reagir a esses problemas” e que “não é obrigada a viver a vida inteira casados, se não caminham juntos” (Rozeno, 2001: 66). A alteração ocorre principalmente quando os dois são militantes. Para a autora, as mulheres

¹ O termo “rearranjos” se inspira na formulação de Rubin (1975) que, ao se voltar às origens da opressão das mulheres, definiu um sistema sexo/gênero como um conjunto de arranjos pelo qual o sexo é moldado pela cultura. Outra inspiração vem de Goffman (2002) que se interroga sobre o modo como são organizados os comportamentos de gênero.

conscientizadas que são militantes, não aceitam os companheiros ficarem em casa e não assumirem as tarefas domésticas. Um dos depoimentos colhidos pela autora é significativo desta mudança: uma acampada ao arrumar a bolsa para ir com outras mulheres a uma mobilização, ouviu do marido que “se você for, não entra mais neste barraco!” E a resposta foi: “Não tem problema! Um barraco de lona é muito fácil de ser feito!” (Rozeno, 2001: 67).

Antes de chegar a esta atitude mais “drástica”, todo o investimento é voltado para a formação. L. reconhece que o processo nem sempre é fácil e que há resistência por parte daqueles companheiros, como ela diz, “mais problemáticos, mais arredios”. Nestes casos, “a gente vai trabalhando de pouquinho nas reuniões com ele, conversando com ele. (...) Porque todo acampado ele tem que participar das reuniões de grupo”.

Estas aprendizagens acenam para vários tipos de rearranjos de gênero. Nosso propósito é analisar quais dispositivos, novos ou não, são colocados em prática por mulheres e homens inserido(a)s na luta pela terra que permitam (ou não) combinar e/ou redefinir atividades da esfera pública com as da esfera doméstica. Tal combinação, caso exista, encontra-se principalmente entre os jovens casais inseridos na luta pela terra. Três deles, em especial, nos chamaram a atenção pela diversidade de situações que colocaram em prática para resolverem os problemas domésticos e por nos fornecerem um leque de possibilidades de “rearranjos de gênero” para juntos levarem adiante o projeto da luta pela terra. São eles B e X.; A e Y.; e O. e N.

Os três homens e as três mulheres têm entre 25 e 35 anos, vivem maritalmente e têm filhos com idades inferiores a 10 anos. B e X. têm dois filhos (uma menina e um menino); A e Y. somam quatro filhos (dois meninos e duas meninas); O. e N. por sua vez, têm três filhos (duas meninas e um menino).

Os dois primeiros casais se conheceram no processo de luta pela terra. O último casal se colocou na luta junto, isto é já eram casados quando resolveram “acampar”. Os primeiros além de já assentados, são quadros dirigentes regionais, enquanto O. e N. militam sobretudo no interior do acampamento onde

vivem. O que eles têm em comum é a **busca** da melhor maneira de resolver os problemas cotidianos trazidos pelo envolvimento na luta pela terra e, com isto, vão redefinindo as fronteiras de gênero.

a) A trajetória de B e X.

Jovem, falante, entusiasta de suas convicções, B. assumiu a tarefa de nos introduzir na história dos conflitos de terra na região do Pontal. Ao nos mostrar os lugares, nos apresentar as pessoas, nos contar sobre as conquistas, era também dela que B. falava. Nascida na região, conheceu o Movimento muito cedo porque os pais participavam das CEBs. e em sua casa eram feitas as reuniões de trabalho de base do MST.

Conheceu X. na luta do Movimento. Considera sua relação com X. completamente diferente das posições machistas vividas por seus pais. Procura junto com X. educar de outra forma os dois filhos porque acredita que “a gente já deva construir essa formação de consciência do novo que a gente quer desde criancinha porque se a gente for esperar eles ficarem adultos prá poder inserir isso neles, coitada da gente! Nunca vai conseguir construir essa nova sociedade”. No entanto, a mãe, com quem mantém constante diálogo, discorda da forma de B. e X. educarem os filhos.

O que mais chama a atenção é a maneira como fazem para que ambos possam fazer parte da militância. Apesar de terem um lote no assentamento Fusquinha, continuam morando em uma casa simples num conjunto habitacional. Esta “opção” é feita por muitos outros militantes porque facilita o deslocamento entre os diversos espaços de atuação. No primeiro contato que fizemos com B., os filhos estavam com a avó em Presidente Prudente² por causa das intensas atividades do casal naqueles dias. Meses depois quando voltamos, os filhos estavam novamente na casa da avó pelos mesmos motivos. A partir do final de 2004, B. também passara a ficar com a mãe em Presidente

² A 90 km de Teodoro Sampaio.

Prudente para assumir o trabalho na área dos Direitos Humanos na Diocese cuja sede é naquela cidade. Desta forma, tanto ela como os filhos estavam longe de X., pai e companheiro. Para o casal, esta situação não causava nenhum transtorno dada a importância daquele trabalho e por ser este um momento que avaliavam como provisório.

b) A trajetória de A e Y.

No que diz respeito a este casal, conhecemos primeiro o companheiro Y. que estava coordenando uma atividade com o(a)s assentado(a)s num sábado pela manhã. Para nossa surpresa, Y. se colocou à disposição para falar conosco sobre a organização das mulheres também, mas estava correndo naquele dia porque era sua vez de fazer as atividades do Movimento. Na semana anterior tinha sido a tarefa de sua companheira. Como estava correndo demais e não conseguia precisar um horário para conversarmos, aconselhou: “fale com ela que é a mesma coisa”. Experiência inusitada, pois no geral, esta fala sempre foi atribuída às mulheres: “fale com meu marido que é a mesma coisa”. Haveria algo de novo nesta relação construída na luta pela terra?

Y. e A vivem no assentamento São Bento, bastante distante do centro da cidade. Chegando à sua casa, A, que não foi avisada de nossa visita, pois não há telefone no assentamento, estava fazendo uma faxina intensiva na casa e as 3 crianças estavam sob seus cuidados. O filho menor, de mais ou menos 1 ano de idade, estava meio gripado. Como estávamos acompanhadas por alguém do MST, se prontificou a nos receber. No início predominou o receio, mas aos poucos foi ficando tranqüila para falar das lutas das mulheres na região e sobre si.

Era filha de assentados e havia, junto com seus pais, vivido nos acampamentos do MST. Sobre o início da relação com Y. diz o seguinte:

“Nós se conhecemos na luta aí [risos], no acampamento, na marcha. Na verdade, nós começamos o nosso namoro na marcha... de 97... na de 96, aquela que foi pra São Paulo. Bem na época que... que tava aquela perseguição

dos companheiros... que foram presos... Então, foi na luta, né, que a gente se conheceu, que a gente começou a namorar. Foi na luta que começou a morar junto também e agora nós tá com 4 filhos”.

O caso de Y e A já foi mencionado anteriormente quando Y. chamou a atenção durante o III Encontro Regional para a “naturalidade” com que o MST aceitou o afastamento de A que achava naquele momento sentia necessidade de se dedicar aos cuidados das crianças, deixando a Y. mais tempo livre para se dedicar à política. A própria A, ao falar da necessidade dos homens assumirem as tarefas domésticas para as mulheres participarem mais das atividades do Movimento, mencionou que Y. fica em casa para que ela se engaje, mas ponderou que *“mesmo assim, ainda existe alguns... algumas contradiçõezinhas, mas nós temos consciência, desse processo”.*

c) A trajetória de O. e N.

Na primeira ida ao acampamento, procurávamos por O., mas ela não estava, pois havia ido há uma semana participar do trabalho de organização da Frente de Massas. No barraco estava N., o companheiro dela, e as crianças. Nenhum sinal de que estava o “caos” na “casa” sem a presença da O. Ao contrário, todos estavam limpando o barraco. As duas crianças maiores carregavam água da bica – que ficava a uns 100 metros dali – para o tanque. A menorzinha, de 2 anos, estava gripada e meio chorosa. N. nos fez café e serviu enquanto, como ele diz, “proseava” conosco. Toda esta conversa se deu no “quintal”, onde estava o fogão à lenha que nos lembrava que ali era também a “cozinha”. Aquele “quintal” era uma espécie de fora por se contrapor ao espaço de dentro ou o lugar onde se dorme. Mas este fora parecia um “dentro” tamanho o aconchego daquele lugar à primeira vista tão precário.

A conversa com O. se deu um mês depois, quando aproveitamos para também entrevistar N. Quando chegamos ao barraco, O. estava de saída para as compras na “cidade”, mas decidiu ficou para falar conosco. Mulher jovem, negra, olhos claros, sorriso lindo, convidou-nos a entrar. O barraco parecia uma

tenda cigana ou árabe de dar inveja aos cenários das “mil e uma noite”: todo decorado com tecidos coloridos. Havia uma entrada (que os móveis ali colocados nos remetia à uma espécie de sala e cozinha) e logo em seguida o quarto familiar, com a cama do casal e as camas da crianças. A imensa janela de pano colorido era enrolada ou solta quando se queria abrir ou fechá-la. Tudo muito limpo.

N. estava na roça e chegaria por volta de 5 horas da tarde. Quando voltamos ao barraco, O. ainda não havia retornado das compras e N. estava tomando banho no banheiro improvisado de lona preta. Estavam ali naquele local (meio cozinha, meio quintal) e um simpático casal que brincava que N. estava tomando banho para dar a entrevista. Um espaço bonito e alegre de se ver e sentir. A água era trazida em baldes e depois, como era inverno³, aquecida no fogão à lenha.

Diferentemente dos casais anteriores, O. e N. se conheceram antes de se lançarem na aventura da luta pela terra. Como lembra O.: *“Com 15 anos eu me casei com o N. Eu tinha 15 anos e ele 18. Aí depois que a gente casou, o serviço da gente foi trabalhar por dia. Era... na lavoura”*. N. é mais preciso e diz que: *“Ela trabalhava na bóia-fria também. Ela trabalhava na... na usina, na época, catando cana. Tinha o corte de cana e tinha a bituca assim, o pessoal chama de catar bituca. Então, ela trabalhava no canavial lá catando bituca”*. Depois de perderem os empregos, em 2000, resolveram entrar na luta pela terra, até porque já conheciam outras pessoas, dentre as quais a avó da O., que foram acampadas antes de conquistar seu pedaço de chão. Segundo N. a tomada de decisão teve um processo mais ou menos assim: *“Resolvemos nós dois, sentemos e conversamos: ‘vamos acampar?’. Eu falei: ‘a vida é dura de acampado, hein! Se a gente for, a gente só sai quando ganhar terra!’ Ela falou: ‘vamos então!’”*. Porém, O. ressalta que antes da decisão de acampar, fizeram um acordo de que *“nenhum desistiria, nada da gente vim e encarar e depois um*

³ A região onde se localizava o acampamento era um descampado e, portanto, fazia muito frio, sobretudo por causa do vento gelado que vinha do Rio Paranapanema.

ter que voltar pra casa e o outro ficar, que não ia dar certo". Feito o acordo, resolveram acampar em 2001 e *"aí de lá pra cá, estamos aí até hoje na luta"*.

Nas atividades domésticas e de militância O. e N. fazem um revezamento: em algumas situações O. sai para um curso ou uma organização e N. fica com as crianças. Em outros momentos cabe a ela ficar para que ele vá desenvolver alguma atividade fora. Além deste tipo de rearranjo, quando os dois têm de participar de uma mesma atividade do MST, podem deixar as crianças com outras pessoas de dentro ou de fora do acampamento ou levá-las consigo para os cursos. Como lembra O.

teve um curso no qual foi eu e ele e meu pequeno, porque a minha menina ficou... no que a gente veio, minha mãe seguiu a menina, né? Lá em Euclides pra estudar, pra não perder o ano. E o menino não estudava ainda. A gente veio e trouxemos ele e ele foi com a gente pro curso. A gente ficou 8 meses nos trabalhos do Movimento.

Uma das propostas do Setor de Gênero foi a criação e manutenção das *Cirandas Infantis*, para que facilite a participação dos sem terra, sobretudo as mulheres, nos cursos de formação. As *Cirandas Infantis* representam um avanço, pois "é um espaço educativo onde as crianças ficam brincando e socializando seus saberes juntamente com os educadores e educadoras infantis, enquanto seus pais e mães trabalham, participam, de reuniões e discussões, como também de cursos de formação tanto técnica quanto política". A ciranda tem proporcionado a participação de muitas mulheres tanto em cursos, como na militância do dia-a-dia e também aberto espaço "para que homens e mulheres possam discutir o conjunto da organização" (Witcel, 2001: 36-37). As cirandas⁴ são espaços organizados coletivamente com vista à facilitar a participação dos pais, especialmente das mulheres. No entanto, aqui também percebemos uma divisão sexual calcada nos atributos femininos. Qual a razão para que apenas, ou majoritariamente, as mulheres sejam as "cirandeiras" ou as principais responsáveis pelas cirandas?

⁴ Um estudo mais detalhado das *Cirandas Infantis* pode ser encontrado na tese de doutorado de Machado (2003).

O que se explicita nestas experiências que estamos chamando de “rearranjos de gênero” é que a luta pela terra demanda um envolvimento muito grande. O mais comum é que um dos pares se abstenha de participar. Cabe reforçar que freqüentemente são as mulheres que se privam de se envolverem plenamente para cuidar dos afazeres domésticos ou da educação dos filhos.

Num dos três casos, houve uma transferência para uma terceira pessoa da responsabilidade com a educação dos filhos, no caso a avó. Para além de uma simples manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho, podemos dizer que há uma territorialização tanto da luta pela terra como dos rearranjos de gênero. É preciso ainda mencionar que em todos os momentos em que estivemos na casa de X. este demonstrou total dedicação a tarefas “tipicamente” femininas (lavar, cozinhar, cuidar das crianças).

Outro casal tentou assumir as tarefas domésticas e as do Movimento juntos. Apesar de os dois afirmarem que dividem as tarefas, foram muitos os momentos em que ele estava desenvolvendo alguma atividade do Movimento, enquanto ela estava em casa. Esta afirmação é incontestável. Em todos os momentos em que os dois são vistos juntos, ambos se responsabilizavam de maneira igual pelas crianças fazendo cada um(a) a maternagem e a paternagem dos filhos. No entanto, na maioria das vezes há um evidente desequilíbrio nesta divisão: ele assume mais as tarefas do movimento e ela mais as de casa.

O terceiro casal, por sua vez, parece afinar mais o tempo que cada um(a) vive para o Movimento e para a família. Porém, as atividades que desenvolvem no âmbito do MST são mais localizadas ao espaço geograficamente menor do acampamento, talvez isto permita uma maior interação entre atividades públicas e privadas.

Em quaisquer dos casos, fica evidente que quanto maior o envolvimento do casal no MST, maior é a dificuldade para que ambos participem da militância. Uma forma encontrada para resolver estes problemas são as já referidas *Cirandas Infantis*. Porém, apesar do avanço que representam, ainda são insuficientes: na maioria dos casos elas se restringem aos momentos de

reuniões, de assembléias, de cursos. Não há uma estrutura que possibilite seu funcionamento diário em todos os locais onde estão o(a)s sem terra. E no embate constante da luta pela terra é preciso lidar o tempo todo com problemas urgentes a serem resolvidos. Permanecerá o desequilíbrio homens públicos e mulheres privadas? Que tempo sobrar para a formação política das mulheres? Estaríamos mais uma vez diante da tão criticada, por Hartmann (1981), “consciência de segunda mão”?

As lutas das mulheres do Pontal do Paranapanema acenam para o lado contrário. Estão em constante busca de rearranjos que deixem para trás as relações de poder engessadas pelos moldes de gênero. No processo em que assumiram a identidade de *sem terra* descobriram a não fixidez das identidades. Agora parecem estar às voltas com as difíceis questões formuladas por Butler (1990). Seus constantes debates, suas evidentes contradições sugerem que gênero é relacional, situacional, posicional. Suas práticas no processo de luta pela terra acenam para a não totalidade do gênero e seu permanente fazer-se, o que implica, muitas vezes um retorno das combatidas desigualdades.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Tereza. *A participação da mulher na luta pela terra nos assentamentos Santa Clara e São Bento no Pontal do Paranapanema*. UFMS: Três Lagoas. Especialização em História, 2001, mimeo.
- AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena. *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- COURNOYER, Monique, Maternité biologique, maternité sociale. Des stratégies d' éducatrices professionnelles. [*Recherches Feministes*](#), vol. 7, n° 1, 1994, p. 73-93.
- COLETIVO Político Pedagógico. Programa pedagógico do curso básico para militantes da ENFF. In: SETOR de formação Nacional (org.). *Resgatar para aprofundar e avançar na formação política e ideológica dos militantes do MST*. São Mateus: MST, 2002, mimeo.
- FALQUET, Jules. *Femmes, projet révolutionnaire, guerre et démocratisation: l'apparition des mouvements des femmes et du féminisme au Salvador (1970-1994)*. Paris: IHEAL – Sorbonne Paris III. Tese de Doutorado em Ciência Política, 1997, mimeo.
- _____. "Division sexuelle du travail révolutionnaire: réflexions à partir de l'expérience salvadorienne (1970-1994)". *Cahiers des Amériques Latines*, n° 40, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *L'arrangement des sexes*. Paris: La Dispute, 2002.
- GUILLAUMIN. Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris : Côte-femmes, 1992.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SERGENT, L. (org.). *Women and revolution*. London: Pluto Press, 1981.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MATTHIEU, Nicole-Claude. *L'anatomie politique, Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côte Femme, 1991.
- PINTO, Celi Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Christina. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

- ROZENO, Maria Helena. *Mulheres militantes assentadas, a luta além da terra*. UNIJUÍ: Ijuí. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia em História e Geografia, 2001, mimeo.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex'. In: REITER, R. (org.). *Toward an antropology of women*. Nova Iorque: Montly Review Press, 1975.
- SCAVONE, Lucília. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, nº 16, 2001
- TABET, Paola. *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- _____. *La grande arnaque. Sexualité des femmes et échange économique-sexuel*. Paris: L'Harmattan, Bibliothèque du féminisme, 2004.
- VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 5, nº 1, 1995.
- WITCEL, Elaine. As relações de gênero na família e a constituição do masculino e do feminino nas crianças do MST: uma formação em movimento. URNRS: Ijuí. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, 2001, mimeo.